

# Governo avança na Reforma Universitária

*Novo documento do MEC propõe a criação de uma Lei Orgânica do Ensino Superior. Expansão de vagas via isenção fiscal para as privadas continua em destaque*

Depois de divulgar um primeiro estudo, no final do ano passado, elaborado por um grupo de trabalho interministerial, o MEC apresentou um novo documento no início de agosto, intitulado "Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior".

O documento enfatiza a necessidade de atender às metas do Plano Nacional de Educação, elaborada-

do para o decênio 2001-2010, de que 30% da população entre 18 e 24 anos tenham acesso ao ensino superior ao final desse período. Isso significa, conseqüentemente, dobrar os números atuais.

A proposta do MEC é criar uma Lei Orgânica da Educação Superior, "como resultado do debate que está em curso e que tem neste documento um de seus marcos". Um primeiro aspecto a ser levantado é a realidade do tal debate. Embora o texto tenha sido divulgado no dia 2/8, o prazo estabelecido para a apresentação de emendas expirou em 13/8.

O documento constata que "o setor público do sistema de ensino superior no país apresenta elevado grau de qualidade, a despeito das imensas dificuldades financeiras que vem atravessando há alguns anos." A proposta é que o financiamento das instituições fede-

rais de ensino (IFES) seja disciplinado em lei complementar e que, nos próximos quatro anos, seja duplicada a oferta de vagas, especialmente nos cursos noturnos. A primeira preocupação que surge desse ponto é a ausência de garantia de que tal expansão teria os recursos necessários por parte do governo, para a contratação de professores e funcionários e ampliação da infra-estrutura.

Por outro lado, a proposta do MEC mantém a expansão de vagas por meio da isenção fiscal às entidades privadas, o que está consolidado no Programa Universidade para Todos (ProUni), em tramitação no Congresso Nacional. Seriam "compradas" 400 mil vagas até 2006.

Outro aspecto grave do documento, a exemplo do que previa o texto do ano passado, é propor a regulamentação das chamadas fundações de "apoio", organismos privados associados às instituições públicas de ensino, que se apropriam de sua infra-estrutura e prestígio para oferecer cursos pagos e estabelecer convênios com a iniciativa privada.

O documento do MEC traz uma série de outras propostas, como, por exemplo: ciclo básico universal de dois anos; cotas que chegariam, progressivamente, a 50% para egressos da escola pública; alteração na

atual estrutura departamental (com possível extinção).

Abarcando inicialmente, de forma confusa, as IFES e instituições privadas de ensino superior, a reforma universitária poderá ser implementada também nas demais instâncias do ensino superior público (estadual e municipal). Um dos trechos do texto diz: "Com relação às instituições públicas estaduais e municipais, deve-se avaliar a possibilidade de conjugar a expansão desse sistema de forma negociada, entre Estados e União, através de mecanismos específicos."

## Debate

Se o governo não quer estimular o debate sobre a reforma, é preciso que a comunidade o faça. Este é o primeiro passo para uma reação a medidas que podem ser extremamente danosas ao ensino superior público. Nos dias 13 a 15 de agosto, o Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do Andes (Sindicato Nacional dos Docentes) reuniu-se para avaliar o documento e deverá em breve divulgar estudos sobre ele. É importante que docentes, funcionários e estudantes das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza envolvam-se no debate, participando das instâncias de discussão de suas entidades.

## Vaias em São Paulo

No dia 11 de agosto, o ministro Tarso Genro, da Educação, enfrentou uma ruidosa manifestação de estudantes na Assembléia Legislativa de SP. A tentativa do ministro, de explicar os "benefícios" da reforma universitária, acabou em muita vaia. Ele participou, a convite do PT, de uma audiência informal, intitulada "Democratização do acesso à universidade".



## Todo apoio à luta nas federais

No momento de fechamento desta edição, no dia 8/9, o comando dos docentes de 17 universidades federais estava indicando o final de sua greve. Contudo, eles continuam exigindo que o governo respeite os princípios acertados na mesa de negociações, compreendendo a extinção da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), a incorporação das gratificações, a paridade entre ativos e aposentados e a isonomia entre docentes do 1º, 2º e 3º graus. A discriminação entre ativos e aposentados foi introduzida em 1998 pela implementação da GED, na gestão Paulo Renato/FHC. Agora, o governo Lula quer consagrá-la por medida provisória. A indicação do Comando de Greve é que a greve seja suspensa a partir de 13/9. O reajuste é variável e virá através da GED, ficando em torno de 18% para os servidores ativos. Para os aposentados, será significativamente menor. A greve dos servidores das universidades, que durou mais dois meses, termi-

## Prosseguir na luta

No início de agosto, o governador encaminhou à Assembléia Legislativa o Projeto de Lei Complementar - PLC, para a aprovação dos índices anunciados. O Sinteps apresentou uma emenda para aumentar o índice de 10% para 35,54% e propôs a realização de uma campanha em todo o estado para pressionar os deputados na hora da votação.

**Intenção é comprar 400 mil vagas privadas até 2006**

## Centro Paula Souza

### Depois da greve, indignação e continuidade da mobilização

Sem reposição salarial desde 1996, ano em que o governo tucano em São Paulo começou a ignorar a legislação (que lhes garante os mesmos reajustes dados às universidades), os companheiros do Centro Paula Souza (ETE's e FATEC's) começaram 2004 com uma certeza: era hora de cruzar os braços. Foram



mais de 80 dias de uma combativa greve que se espalhou por dezenas de unidades pelo estado. Para se equiparar ao pessoal das universidades, eles estavam pedindo

um reajuste de 72,22%.

O anúncio, posterior ao final da greve, de que o índice seria de apenas 10% deixou a

categoria indignada. O governador poderia conceder um índice de 35,54%, sem que precisasse gastar um único centavo a mais do que está previsto no orçamento de 2004. O Sindicato dos Trabalhadores do Centro (Sinteps) avalia que estes fatos são a mais pura tradução da filosofia do governo tucano: para os grandes capitalistas, isenção de impostos e outras benesses; para o funcionalismo, arrocho salarial; para o conjunto da população, destruição dos serviços públicos.